



RELATÓRIO AMBIENTAL AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA PDM OVAR

RESUMO NÃO TÉCNICO

dezembro 2013

FuTurBio
Estudos em Ambiente e Turismo





ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – OBJETIVO E METODOLOGIA	1
3 – OBJETO DE AVALIAÇÃO	1
4 – FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	4
5– RELAÇÃO ENTRE DOMÍNIOS AMBIENTAIS E FATORES CRÍTICOS.....	11
6 – ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	12
7– DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO	18
8 – QUADRO DE GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDMO ..	32
9 – CONCLUSÕES.....	34



1 – INTRODUÇÃO

A proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Ovar encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AA) de acordo com o Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro, e subsidiariamente com o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) da AA do Plano Director Municipal de Ovar (PDMO) da responsabilidade da Câmara Municipal de Ovar dando cumprimento ao estipulado no artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho anteriormente mencionado.

2 – OBJECTIVO E METODOLOGIA

A presente AA tem como principal objectivo incorporar valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão associado à elaboração da revisão do PDM de Ovar. Utilizou-se então uma abordagem estratégica que visa três questões fundamentais: a integração com o processo de planeamento; a avaliação de impactes de natureza estratégica e a validação da avaliação e da qualidade do plano.

De forma a dar cumprimento à legislação em vigor a presente AA desenvolve-se assim em 4 etapas fundamentais:

1. Relatório dos Factores Críticos para a Decisão;
2. Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico;
3. Relatório Ambiental Final;
4. Declaração Ambiental

3 – OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O PDMO abrange uma área de aproximadamente 150 Km², correspondente a um território administrativamente dividido em oito freguesias: Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, Ovar, S. Vicente de Pereira Jusã, Válega e S. João. Dada a existência de um Plano Estratégico Municipal cuja revisão terminou em 2002, a Câmara Municipal decidiu adotar as mesmas linhas estratégicas para a Revisão do PDM, por considerar



que as mesmas se manterem válidas e atualizadas e que o referido Plano veio rever, aprofundar e desenvolver as linhas estratégicas do anterior PDM.

Assim, a presente proposta de revisão do PDM de Ovar resulta de um longo processo de planeamento e negociação com diversas entidades com interesse e jurisdição no território, mantendo no entanto como proposta central:

“Valorizar o papel do concelho de Ovar no quadro das dinâmicas económicas e territoriais que se revelam dominantes no espaço de intermediação entre a Área Metropolitana do Porto e a Região de Aveiro através, designadamente, da sustentação de um perfil de qualificação urbana e ambiental mais elevado, do robustecimento de uma estrutura económica alicerçada no desenvolvimento de competências a nível humano e institucional, e de uma valorização dos recursos culturais e dos princípios de cidadania como garantia de um reforço da coesão social.”

E como principais objetivos estratégicos:

- a) Reforço das condições de atratividade e competitividade económicos concelhios pela qualificação e consolidação das áreas empresariais existentes e criação de novas;
- b) Qualificação Ambiental da Ria e da Barrinha de Esmoriz protegendo e promovendo as funções associadas à diversidade de habitats presentes, com vista à recuperação e promoção de vivências e atividades lúdicas, educativas, entre outras;
- c) Reforço das condições de acessibilidade e mobilidade municipais prosseguindo o objetivo da sua maior sustentabilidade e equilíbrio ecológico;
- d) Valorização e qualificação da oferta turística dados pela expressão concelhia do valor natural decorrente da condição costeira – praias, da presença da Laguna - Ria, dos valores patrimoniais e das atividades culturais;



e) Consolidação urbana através da qualificação e contenção do crescimento urbano dos aglomerados de praia e consolidação/qualificação dos restantes aglomerados concelhios;

f) Reabilitação urbana da cidade de Ovar pela promoção dos valores patrimoniais isolados e de conjunto, bem como pela qualificação dos seus espaços públicos.

Em relação à estrutura de ordenamento e regulamentar do novo PDMO, esta sofreu algumas alterações relativamente à do anterior PDM. As alterações visam, principalmente, dar resposta à legislação em vigor (Decreto-Lei nº 380/99 alterado pelo Decreto-Lei nº 316/2007 e pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de fevereiro), mas também evitar situações ambíguas suscetíveis de gerarem interpretações diferentes por parte de quem tem responsabilidades na gestão urbanística municipal. A estrutura regulamentar proposta na revisão do PDM é assim:

• **SOLO URBANO**

Solo Urbanizado:

- Espaços Centrais;
- Espaços Residenciais;
- Espaços de Atividades Económicas;
- Espaços Verdes;
- Espaços de Uso Especial;

Espaços Urbanos de Baixa Densidade;

Solos Urbanizáveis:

- Espaços Residenciais;
- Espaços de Atividades Económicas;

Espaços Urbanos de Baixa Densidade.



• **SOLO RURAL**

- Espaços Agrícolas de Produção;
- Espaços Florestais de Produção;
- Espaços Florestais de Conservação;
- Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos;
- Espaços Naturais;
- Espaços de Ocupação Turística.

4 – FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCD correspondem aos factores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na concepção das opções estratégicas do plano e das acções que as implementam. A sua identificação resulta assim de uma análise integrada de diversos de elementos, nomeadamente:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE),
- Questões Estratégicas do PDMO que configuram as questões estratégicas às quais o PDM tem que dar resposta;
- Questões Ambientais.

No quadro seguinte identificam-se os FCD adoptados bem como uma breve descrição dos objectivos de cada um.

Quadro 1 – Factores Críticos para a Decisão

FCD	Descrição
Desenvolvimento económico e	Visa avaliar o contributo da revisão do PDM para o desenvolvimento regional e local, identificando as vantagens competitivas com capacidade para



competitividade	gerarem a consolidação e o reforço do grau de competitividade. Considerando a aposta estratégica no desenvolvimento turístico, pretende-se ainda analisar o contributo da revisão do PDM para a preservação e valorização da paisagem e património cultural, elementos importantes para a identidade local.
Desenvolvimento humano e qualidade de vida	Destina-se a avaliar o contributo da revisão do PDM para a valorização do potencial humano e aumento da qualidade de vida das populações não só em termos de rendimento disponível, emprego e aumento das suas qualificações como também da melhoria das condições globais de saúde.
Rede viária e mobilidade	Visa avaliar o contributo das medidas estratégicas da revisão do PDM para o aumento dos níveis de mobilidade, nomeadamente no que respeita aos sistemas e infra-estruturas de transporte intra-concelhios e aos interfaces com os sistemas de transportes exteriores.
Factores Físicos	Pretende avaliar aspetos relacionados com a qualidade do ambiente, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade da água, na qualidade do ar, ao nível do ruído, na gestão dos resíduos e na proteção dos solos. Por outro lado, aborda os riscos e as oportunidades que advêm da 1.ª revisão do PDMO, no desenvolvimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação/minimização dos impactes às alterações climáticas e de melhoramento da eficiência energética. São, igualmente, abordados os riscos naturais e tecnológicos.
Biodiversidade	Destina-se a avaliar os impactes da alteração da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional, bem como as principais consequências da revisão do PDM sobre os valores florísticos e faunísticos dando especial atenção à ZPE da Ria de Aveiro e ao Sítio da Rede Natura 2000 da Barrinha de Esmoriz, de forma a assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural existente no município.

De forma a estabelecer o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada foram definidos, para cada FCD, critérios de avaliação e indicadores



respectivos. Apresenta-se no quadro seguinte o conjunto de critérios e indicadores identificados por FCD.



Quadro 2 – Objetivos, Critérios de Avaliação e Indicadores dos FCD.

Fator Crítico	Objetivos de sustentabilidade	Critérios de avaliação	Indicadores/Unidades de medida/Fontes de Informação
Desenvolvimento económico e competitividade	<ul style="list-style-type: none"> – Equilíbrio entre investimento exógeno e endógeno entre os setores de atividade – Preservação da identidade histórica local e do património natural numa perspetiva económica e social. 	<ul style="list-style-type: none"> – Avaliação custo-eficácia 	<ul style="list-style-type: none"> – População ativa por setor de atividade - N.º - INE – Investimento e Despesa Publica por Setor de Atividade - Variação %- CMO – Taxa de Desemprego - Variação % - INE – Criação de Postos de Trabalho - N.º absoluto - INE – Inventário de património Arqueológico e edificado - Não aplicável - IGESPAR, IP, CMO
			<ul style="list-style-type: none"> – Inventário património natural - Não aplicável - ICNF, DGE, CMO
Desenvolvimento humano e qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> – Mais e melhores condições (infraestruturas; equipamentos, organização e competências) – Mais e melhores espaços de cultura e lazer. 	<ul style="list-style-type: none"> – Equipamentos de utilização coletiva – Lazer – Nível educacional – Longevidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Densidade Populacional - Hab/km2 - INE – Taxa de Natalidade - % - INE – Taxa de Mortalidade- % - INE – Esperança Média de Vida - – Hospitais e Centros de Saúde – N.º- CMO – Médicos e Enfermeiros - N.º - CMO – Taxa de Analfabetismo - % - INE – Inventário das atividades económicas- N.º - INE – Grau Educacional da População - % - INE.



Fator Crítico	Objetivos de sustentabilidade	Critérios de avaliação	Indicadores/Unidades de medida/Fontes de Informação
<p>Rede viária e mobilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da rede viária - Aumentar os níveis de mobilidade. - Promover a criação de uma rede de transportes coletivos que dê resposta às necessidades futuras do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturas viárias existentes e previstas; - Intensidade de tráfego; - Tempo médio de deslocação; - Rede de Transportes Coletivos existente e prevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura da Rede Viária- Não aplicável - N.º de novas vias – N.º / CMO - N.º de ações de melhoria da rede viária verificadas a nível concelhio- N.º / CMO - Intensidade de Tráfego- intensidade/A efetuar pela CMO - Tempo médio de deslocação – Minutos / INE - N.º de ocorrências de acidentes rodoviários – N.º / CMO - Transporte de Passageiros, por Modos de Transportes- Não aplicável / CMO - Grau de satisfação da população residente no que toca à rede de Transportes Coletivos existentes no concelho - % /Inquéritos a efetuar à população - N.º de oportunidade de melhoria identificadas para a rede de Transporte Coletivo no concelho – N.º /CMO
<p>Fatores Físicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção, recuperação e valorização dos recursos hídricos; - Promoção do uso eficiente da água; - Promover uma gestão integrada e sustentável das infraestruturas existentes, nomeadamente dos sistemas de abastecimento, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos - Melhorar a qualidade do 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade da água; - Fontes de poluição; - Infraestruturas de saneamento básico; - Consumo de água; - Existência ou não de perímetros de proteção a captações; - Qualidade do ar; - Valores limite de concentração de poluentes atmosféricos no ar ambiente; - Número permitido de 	<ul style="list-style-type: none"> - Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água- % /ADRA, INE - Quantidade de água consumida por tipo de uso – m³/ ADRA, INE - Quantidade de água de abastecimento consumida por habitante – m³/habit- ADRA, INE - N.º de situações em que os sistemas de abastecimento de água existentes não têm capacidade para dar resposta às novas necessidades – N.º / CMO - Percentagem de população servida por sistemas de recolha e tratamento de águas residuais - %/SIMRIA - Quantidade de água residual produzida por tipo de uso – m³/SIMRIA - Quantidade de água residual produzida por habitante – m³/habit - SIMRIA - N.º de situações em que os sistemas existentes de recolha e tratamento de águas residuais não têm capacidade para dar resposta às novas



Fator Crítico	Objetivos de sustentabilidade	Critérios de avaliação	Indicadores/Unidades de medida/Fontes de Informação
	<p>ar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir as emissões de poluentes atmosféricos, nomeadamente dos GEE; - Promover a produção e o consumo de energias alternativas e o aproveitamento dos recursos endógenos renováveis; - Fomentar a diminuição da utilização do transporte individual; - Redução do ruído ambiente; - Controlar a impermeabilização do solo; - Reduzir os riscos de cheias / inundações e galgamentos costeiros; - Minimização dos impactes das cheias; - Assegurar a proteção contra os riscos de sismo e incêndio. 	<p>excedências dos valores limite de concentração para cada poluente;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Áreas urbanas; - Áreas de risco de cheias /inundações e galgamentos costeiros - Ocorrência de situações de cheia; - Ocorrências de incêndios em áreas urbanas e florestais. 	<p>necessidades – N.º / CMO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualidade da água superficial e subterrânea – Unidades de cada um dos parâmetros / APA - N.º de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor – N.º /CMO - N.º de situações em que os perímetros de proteção e as respetivas condicionantes não foram cumpridos – N.º / CMO - Percentagem de população servida por sistema de recolha de RSU- % / ERSUC, INE - Quantidade de RSU, plástico, papel, vidro e pilhas produzidos por habitante – ton/ERSUC, INE - Quantidade de resíduos produzidos por tipologia – ton / ERSUC, INE - N.º de situações em que o sistema de gestão de resíduos existentes não tem capacidade para dar resposta às novas necessidades – N.º / CMO - Percentagem de população servida por rede elétrica - % / EDP, CMO - Concentração de poluentes atmosféricos no ar ambiente – APA, CMO - N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar . N.º / APA, CMO - Estratégia de promoção para as energias alternativas e eficiência energética – Sim/ Não - CMO - Percentagem de produção energética renovável/ não renovável - % / CMO - N.º de edifícios com certificação energética – N.º / CMO - Emissões de GEE por atividade emissora – ton/ano – CMO, INE - N.º de situações em que o valor de ruído medido superou o estabelecido em RGR – N.º / CMO - Percentagem de população exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislação - % / CMO - N.º de medidas propostas com o intuito de reduzir o ruído ambiente, nomeadamente em eventuais zonas de conflito - N.º / CMO - Área impermeabilizada - % / CMO - Normas de controlo da impermeabilização dos solos – N.º / CMO



Fator Crítico	Objetivos de sustentabilidade	Critérios de avaliação	Indicadores/Unidades de medida/Fontes de Informação
			<ul style="list-style-type: none"> – Percentagem de área urbana e urbanizável - % / CMO – Projetos que impliquem impermeabilização fora de áreas urbanas – N.º / CMO – Tipo de solo afetado pela expansão urbana – Não aplicável / CMO – Localização de áreas com declive elevado - Não aplicável / CMO – Localização de áreas de solo exposto - Não aplicável / CMO – N.º de ocorrência de situações de cheia / galgamentos – N.º / CMO – Identificação das áreas de risco de cheia – Não aplicável / CMO – N.º de incêndios em áreas urbanas e em áreas florestais – N.º / CMO – N.º de medidas desenvolvidas e implementadas em parceria com a Proteção Civil – N.º / CMO, Proteção Civil – N.º de simulacros realizados - N.º / CMO, Proteção Civil
<p>Biodiversidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Evitar a fragmentação de <i>habitats</i> e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>; – Assegurar a proteção dos solos agrícolas; – Promover a conservação dos ecossistemas e do património natural; – Promover a gestão sustentável da ZPE da Ria de Aveiro e do Sítio da Rede Natura 2000 Barrinha de Esmoriz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração e fragmentação dos <i>habitats</i>; - Integração das medidas de gestão definidas pelo Plano Setorial da Rede Natura 2000. 	<ul style="list-style-type: none"> – Alterações à estrutura da REN – N.º / CMO – Alterações à estrutura da RAN - N.º / CMO – Estrutura Ecológica Municipal – Não aplicável/ CMO – Ocupação florestal Municipal - Não aplicável/ CMO – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Não aplicável/ CMO.



5– RELAÇÃO ENTRE DOMÍNIOS AMBIENTAIS E FATORES CRÍTICOS

Após a definição dos FCD é necessário verificar o grau de convergência dos mesmos com os fatores ambientais referidos no Decreto-Lei n.º. 232/2007 de 15 de junho, de forma a identificar os fatores ambientais mais pertinentes para a avaliação. No quadro seguinte apresenta-se de forma esquemática as relações existentes.

Quadro 4 – Relação entre os fatores ambientais definidos pelo Decreto-lei n.º 232/2007 e os FCD

	Biodiversidade	Fauna	Flora	População	Saúde Humana	Solo	Água	Atmosfera	Fatores Climáticos	Bens Materiais	Património Cultural	Paisagem
Desenvolvimento económico e competitividade				X							X	X
Desenvolvimento Humano e qualidade de vida				X	X		X	X		X	X	X
Rede viária e mobilidade				X						X		
Fatores Físicos						X	X	X	X			
Biodiversidade	X	X	X									



6 – ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

No que diz respeito ao Desenvolvimento Económico e Competitividade, existe na Revisão do PDMO a identificação de Projectos Estruturantes, que quer pela sua própria importância e dimensão, quer pelos efeitos induzidos, poderão trazer e suscitar efeitos no desenvolvimento económico e social e ainda na qualidade de vida das populações.

Outro aspeto relevante para este Fator Crítico é a valorização do património edificado e arqueológico, patente nos esforços recentes de inventariação e caracterização, resultando na Planta do Património Arquitectónico e Arqueológico.

A nível do desenvolvimento e qualificação urbanística destacam-se, pelos seus efeitos positivos, os projetos de:

- Desenvolvimento e qualificação da Zona Industrial a norte da Cidade de Ovar;
- Desenvolvimento e implementação das Áreas de Serviços e Equipamentos previstas.
- Proposta de criação/qualificação de zonas lúdicas;

Para o FCD Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida, prevê-se que a revisão do PDMO resulte numa melhoria das condições de vida das populações contribuindo para isso os seguintes projetos: desenvolvimento, proposta de áreas vocacionadas para a localização de equipamentos e implementação das áreas de atividades económicas, criação de uma rede de eco - pistas tirando partido das características do território.

Já ao nível do FCD Rede viária e Mobilidade destacam-se como projectos que trarão efeitos positivos:

- “EN109 - Variante a Maceda” – lanço correspondente ao prolongamento da antiga ligação da EN109 ao IC1 – Miramar/Maceda (atual A29), cujo projeto de execução está a ser elaborado pela EP, SA;



- Prolongamento do Restabelecimento 25 em Maceda;
- “Ligação Intermunicipal Estarreja-Ovar”, cujo estudo está a ser elaborado pela Câmara Municipal de Estarreja (Câmara Municipal de Ovar, Relatório da Rede Viária e Transportes, 2013).
- e a potencial construção da Rede de Alta Velocidade - RAVE - do caminho ferroviário.

No tocante aos solos e aos seus usos é de referir um ligeiro aumento de solo urbano entre a anterior versão do PDM em vigor e a proposta da 1.^a revisão. Este aumento deve-se na sua quase totalidade, não a propostas de criação de novas áreas urbanas, mas principalmente:

- a atualização do solo urbanizado integrando nesta categoria áreas em que já existiam várias construções servidas por vias existentes em muitos dos casos infraestruturadas, bem como pequenos hiatos entre essas mesmas construções;
- uma delimitação mais rigorosa do solo Urbanizado tendo como critério uma profundidade de 50 metros à plataforma da via de serviço e as características do suporte físico natural.

No tocante aos Factores Físicos é de realçar os efeitos que a revisão do PDMO terá no uso dos solos, qualidade da água, na qualidade do ar e no ambiente sonoro do município.

No que respeita ao uso dos solos a proposta da 1.^a revisão do PDM aponta, de uma maneira geral, para a contenção da dispersão urbana e conflitos de uso do solo, nomeadamente aqueles que resultam da proximidade entre espaços de atividades económicas e residenciais

Quanto à qualidade das águas salientam-se os esforços realizados no sentido de aumentar a percentagem de população servida com redes de recolha e tratamento de águas residuais. Contudo, de acordo com o Relatório de Avaliação da execução do Plano, o nível da execução das propostas relativas à área do saneamento básico ficaram aquém das expectativas, tendo-se atingido um nível de execução da ordem dos 33%. Espera-se, no entanto, uma otimização e um reforço gradual da qualidade dos serviços prestados neste domínio com a integração do Município na ADRA.



No que respeita à qualidade do ar e ambiente sonoro, o aumento da ocupação urbana em geral terá como consequência o aumento da população e o aumento do tráfego nos arruamentos urbanos, e naturalmente nas vias principais, resultando no aumento das emissões de poluentes atmosféricos, bem como do ruído de forma geral. No entanto a aposta numa estratégia de mobilidade que contemple o transporte coletivo e a utilização da bicicleta promovendo a construção de ciclovias, reduzirá os efeitos negativos deste crescimento.

Ao nível da Biodiversidade os efeitos esperado com a revisão do PDM são bastante reduzidos. No entanto ressalva-se pela positiva a criação da Estrutura Ecológica Municipal que permitirá criar corredores entre as diferentes áreas da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, bem como o facto de a desafetação das áreas da REN e RAN serem bastante inferiores ao inicialmente proposto.

Como aspeto positivo deve ainda indicar-se a existência de um projeto estruturante para o município a recuperação e valorização do património natural, nomeadamente dos principais ecossistemas:

- Barrinha de Esmoriz;
- Ria e áreas envolventes, com particular atenção para os áreas ribeirinhas: Tijosa, Cais do Puxadouro, Cais da Ribeira, Cais do Carregal;
- Principais linhas de água e envolvente das mesmas.



Quadro 4 – Oportunidades e riscos

FCD	Oportunidades	Riscos
<p>Desenvolvimento económico e competitividade</p>	<p>Desenvolvimento e qualificação da Zona Industrial a norte da Cidade de Ovar</p> <p>Proposta de criação/qualificação de zonas lúdicas</p> <p>Criação de Gabinete/Unidade Orgânica de Gestão do Património, com capacidade técnica para a análise, levantamento, inventariação e reconhecimento do Património Construído e Arqueológico, contribuição para pareceres/estudos e propostas de classificação, execução da Carta Arqueológica. Construção de uma Base de Dados para o Património do Concelho de Ovar. Captação de financiamentos para o desenvolvimento, protecção e estudo das mais-valias patrimoniais existentes.</p> <p>Proceder ao reconhecimento de eventuais zonas de interesse geológico.</p>	<p>Dependência excessiva da Industria</p> <p>Incapacidade de atrair investimento externo</p> <p>Desemprego crescente</p> <p>Perda de eficiência e ausência de critérios para a sua gestão. Perda de capacidade no aproveitamento turístico e cultural.</p> <p>Perda de eficiência na gestão do Património Construído e Arqueológico, com especial incidência na análise dos licenciamentos de obras/projetos públicos ou privados e ausência de critérios a estabelecer em cadernos de encargos no que respeita à sua proteção, salvamento e diagnóstico.</p> <p>Perda de atracção turística, redução da capacidade pedagógica e foco de conhecimento.</p>



<p>Desenvolvimento humano e qualidade de vida</p>	<p>Desenvolvimento e implementação de áreas de atividades económicas</p> <p>Proposta de áreas vocacionadas para a localização de equipamentos</p> <p>Criação de uma rede de ecopistas tirando partido das características do território</p>	<p>Possível dificuldade na fixação de população jovem</p> <p>Crescimento populacional mais contido</p> <p>Envelhecimento da população</p>
<p>Rede viária e mobilidade</p>	<p>Prolongamento do Restabelecimento 25 em Maceda</p> <p>EN109 - Variante a Maceda” – lanço correspondente ao prolongamento da antiga ligação da EN109 ao IC1 – Miramar/Maceda (atual A29) “Ligação Intermunicipal Estarreja-Ovar”</p> <p>Potencial construção da Rede de Alta Velocidade - RAVE - do caminho ferroviário</p> <p>Criação de uma rede de transportes que dê resposta às necessidades da população</p>	<p>Enorme pressão de tráfego urbano e de atravessamento</p> <p>Falta de recursos financeiros</p> <p>Condicionamento dos projetos pela Estratégia Viária a nível nacional</p> <p>Dificuldade de constituição de autoridades regionais/intermunicipais de transportes, com efetivos poderes de coordenação e concertação de redes e operadores</p> <p>Dificuldade na criação de soluções alternativas (serviços a pedido) em zonas de baixa utilização</p>
<p>Factores físicos</p>	<p>Contenção da dispersão urbana e conflitos de uso do solo.</p> <p>Qualificação dos espaços urbanos e industriais existentes.</p> <p>Aumento da percentagem de população servida com sistemas de recolha e tratamento</p>	<p>Degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.</p> <p>Lacunas no que se refere ao estado atual do recurso hídrico subterrâneo e respetivas fontes de poluição.</p> <p>Desconhecimento das várias fontes de poluição existente e sua</p>



	<p>de águas residuais.</p> <p>Redução das perdas dos sistemas de abastecimento de água.</p> <p>Criação de uma rede de ecopistas tirando partido das características do território (particularmente a faixa litoral), integrando os percursos já existentes e dando-lhes continuidade, articulada com as redes de espaços lúdico-turísticos e equipamentos desportivos.</p> <p>Potencial e possibilidade de utilização de fontes de energia alternativas</p> <p>Possibilidade de certificação energéticas dos edifícios a construir</p> <p>Implementação de um conjunto de medidas com o intuito de melhorar a eficiência energética</p> <p>Redução das emissões de GEE</p>	<p>localização.</p> <p>Existência de diversas áreas de escoamento problemática</p> <p>Aumento de ocorrência de fenómenos extremos e consequentemente o aumento de situações de ocorrência de cheia.</p> <p>Ocorrência de fugas na rede de abastecimento de água.</p> <p>Aumento da produção de resíduos (RSU e industriais).</p> <p>Proposta de solo urbanizado e urbanizável, em zonas de reduzida qualidade do ar devido à proximidade relativamente a vias de tráfego elevado.</p> <p>Aumento da população exposta a níveis de ruído superiores aos limites de exposição estabelecidos para zonas sensíveis e para zonas mistas, devido à localização de solo urbano e urbanizável junto a vias de tráfego elevado.</p> <p>Aumento do tráfego rodoviário e dos acidentes rodoviários</p>
--	--	---



<p>Biodiversidade</p>	<p>Cerca de 22% do Concelho encontra-se classificado como ZPE ou SIC da Rede Natura 2000; o que se traduz na simplificação do planeamento e gestão dos espaços naturais com evidentes consequências benéficas para a conservação da biodiversidade;</p> <p>Grandes áreas afetadas à RAN, REN e Regime Florestal;</p> <p>Criação da Estrutura Ecológica Municipal</p> <p>Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos;</p> <p>Desenvolvimento de atividades lúdico-turísticas numa perspetiva de turismo sustentável podendo atingir forma de ecoturismo e/ou turismo de natureza.</p>	<p>Possível conflito de interesses no interior da ZPE e SIC;</p> <p>Possível falta de recursos humanos e financeiros para a correta gestão da biodiversidade existente nas áreas classificadas do município.</p> <p>Desagregação de elementos importantes para a conservação resultado da diminuição das áreas afetadas à REN;</p> <p>Eventual ameaça à conservação das espécies e habitats com importância para a conservação da natureza e biodiversidade fora da ZPE e do SIC por desconhecimento dos valores naturais presentes;</p>
------------------------------	--	--

7- DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO

As principais diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações, que podem contribuir para um acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Ovar sobre os FCD analisados, e que melhor integram os princípios da sustentabilidade.

As recomendações e diretrizes de seguimento que a seguir se apresentam são definidas por FCD.



Quadro 5 – Diretrizes para seguimento

Desenvolvimento Economico e Competitividade

- Combate ao desemprego com planos adequados, abrangentes, sustentáveis no sentido de dinamizar centralidades, desenvolver Ruia de forma integrada e ajustar a agricultura a novas realidades, sem abandono de terras.
- Promoção de uma estratégia de desenvolvimento industrial assente na conclusão das infraestruturas da zona industrial, na criação de novas zonas e/ou loteamentos industriais atrativos e organizados, que se apresentem como meios de atração seletiva de investimentos que possam constituir fatores multiplicadores em termos de emprego e geração de riqueza.
- Diversificar o tecido produtivo local, e criação de infraestruturas de acolhimento empresarial, por forma a mitigar a dependência excessiva da industria e aumentar a capacidade de atrair investimento externo.
- Desenvolver estratégias de divulgação e promoção dos espaços de atividades económicas nas suas várias componentes, por forma a captar novos investimentos.
- Desenvolver uma base de dados da economia local, que identifique a realidade e proponha medidas de apoio ao processo de tomada de decisão.
- Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.
- Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.
- Promover o desenvolvimento de projetos turísticos privilegiando a recuperação e requalificação de edifícios e espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico;
- Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem imagem de marca do concelho.
- Aumentar a reabilitação/reconversão do património construído e das edificações existentes face a nova construção, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços.
- Recomenda-se a articulação com sistemas de incentivos sectoriais relacionados com reabilitação do património.
- Continuação da atualização da informação patrimonial, como meio de ajustar e facilitar os processos decisórios
- Aumentar a eficiência na gestão do património construído e arqueológico, com especial incidência na análise dos licenciamentos de obras/projetos públicos ou privados;
- Estabelecimento de critérios, ao nível de cadernos de encargos, no que respeita ao diagnóstico e proteção do património construído e arqueológico.

Desenvolvimento humano e qualidade de vida

- Colmatação de necessidades diagnosticadas em determinados equipamentos, existentes, como obras de remodelação, adaptação, dotação de espaços destinados a atividades desportivas e recreativas, entre outras.



- Redimensionamento e readaptação funcional de equipamentos, por forma a adequarem-se a novas realidades em matéria populacional, económica e social.
- Acautelar condições de acessibilidade e cobertura de rede de transportes aos equipamentos existentes.
- Programação de novos equipamentos que pretendem dar resposta a carências existentes, e que se prendem com um progressivo envelhecimento da população, nomeadamente em matéria de serviços a prestar à 3ª idade.
- Programação de espaços destinados à formação e qualificação profissional, em resposta a contínuas exigências de mão de obra qualificada, tornando-a um fator de real competitividade.

Rede Viária e Mobilidade

- Promover a melhoria das vias existentes e a sua conservação, bem como a adoção de uma estratégia que vá de encontro à melhoria da rede viária do concelho.
- Monitorizar e avaliar o tráfego rodoviário e o número de ocorrências de acidentes rodoviários
- Desenvolver um plano de mobilidade sustentável do concelho, iniciativa essencial que permite o acompanhamento parcial do fator do ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade, mas que também reforça os projetos de génese de desenvolvimento local.
- Desenvolver e implementar uma estratégia que vise a melhoria da oferta e da cobertura territorial de transportes públicos.
- Verificar se ocorreu ou não a melhoria da mobilidade da população.

Fatores Físicos

- Melhorar as práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.
- Assegurar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar.
- Assegurar que o RGR é cumprido.
- Avaliar a evolução do ambiente sonoro e da qualidade do ar.
- Promover a regularização de cheias num quadro de alterações climáticas.
- Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência



Energética.

- Sujeitar os projetos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes sejam para construir em espaços que estejam localizados em zonas de inundação, nomeadamente os projetos que envolvam a circulação de pessoas e bens materiais.
- Desenvolver e implementar uma estratégia de realocização a longo prazo das áreas urbanizadas situadas em zonas de inundação.
- Promoção de medidas que redução o risco associado a sismos, tsunamis, cheias, incêndios urbanos e florestais, acidentes industriais, acidentes com o transporte de mercadorias perigosas e acidentes rodoviários.
- Assegurar a articulação com a Proteção Civil por forma a se garantirem os meios e formas para possibilitar uma atuação rápida e eficaz em caso de ocorrência de sismos, tsunamis, cheias, incêndios urbanos e florestais, acidentes industriais, acidentes com o transporte de mercadorias perigosas e acidentes rodoviários.
- Assegurar a realização de simulacros.
- Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental de projetos que o justifiquem.
- Proteção e melhoria da qualidade da água através da implementação de sistemas de monitorização da qualidade da água nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
- Levantamento de estudos hidrogeológicos e hidrológicos existentes para a área do concelho e, compilar a informação “pertinente” para estabelecer a “situação de referência”.
- Fazer acompanhar os projetos de regularização de rios e ribeiras de EIA.
- Identificar, caracterizar e cartografar as fontes de poluição (agropecuárias, industriais...) para o meio hídrico.
- Implementar sistemas de identificação de perdas na rede de distribuição de água (telegestão).
- Elaborar e implementar plano de renovação da rede de distribuição de água para eliminar fugas.
- Criar sistemas de armazenamento de águas reutilizáveis (piscinas para rega de espaços públicos/jardins).
- Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo.
- Fazer depender o licenciamento de projetos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública.
- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa



municipal de certificação ambiental.

Biodiversidade

- Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos.
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta.
- Avaliar sistematicamente as alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território.
- Implementar de projetos de recuperação e valorização do património natural, abrangendo os ecossistemas da Barrinha de Esmoriz; Ria e áreas envolventes, com particular destaque para as áreas ribeirinhas: cais da Tijosa, cais do Puxadouro, Cais da Ribeira e Cais do Carregal. Bem como das principais linhas de água e envolvente das mesmas.
- Utilizar a avaliação ambiental (Avaliação de Impacte Ambiental e Análise das Incidências Ambientais) aquando da implementação de projetos específicos, por forma a evitar possíveis conflitos entre eventuais valores ecológicos associados às espécies e habitats de ocorrência potencial.
- Grir a biodiversidade existente nas áreas classificadas do Município, através da captação quer de recursos financeiros adequados, quer da qualificação de recursos humanos para efetivar essa gestão.
- Levantamento de habitats de relevo para a conservação da natureza e biodiversidade, fora das ZPE e do SIC.

MONITORIZAÇÃO

- Monitorizar o número de ações desenvolvidas com o intuito da melhoria das vias existentes e a sua conservação, bem como da adoção de uma estratégia que vá de encontro à melhoria da rede viária do concelho.
- Monitorizar e avaliar o tráfego rodoviário e o número de ocorrências de acidentes rodoviários
- Monitorizar o desenvolvimento do plano de mobilidade sustentável do concelho.
- Monitorizar o desenvolvimento e a implementação da estratégia que vise a melhoria da oferta e da cobertura territorial de transportes públicos.
- Avaliar se ocorreu ou não a melhoria da mobilidade da população.
- Monitorizar os efeitos do PDMO no território a nível de infraestruturas base.
- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas



- superficiais, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis à contaminação.
- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização coletiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e que sejam exteriores aos sistemas formais de saneamento.
 - Avaliar a evolução da percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água no concelho, bem como a evolução da quantidade de água consumida
 - Avaliar a evolução da percentagem de população servida por sistemas de recolha e tratamento de águas residuais no concelho, bem como a evolução da quantidade de água residual produzida
 - Avaliar a evolução da percentagem de população servida por sistema de recolha de RSU no concelho, bem como a evolução do número de ecopontos na área de intervenção e a evolução da quantidade de RSU, plástico, papel, vidro e pilhas produzidos.
 - Avaliar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar e a evolução da qualidade do ar.
 - Avaliar o cumprimento do RGR e a evolução da qualidade do ambiente sonoro.
 - Monitorizar a evolução de cobertura prevista e as necessidades de expansão futura em função do crescimento do concelho.
 - Monitorizar se as medidas implementadas para a redução das perdas na rede de distribuição de água estão a ser eficazes.
 - Monitorizar a eficácia da introdução de melhorias nas práticas de gestão de resíduos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos (p. ex. através da monitorização da capitação de resíduos produzida por tipologia e sua comparação com a média do sistema).
 - Implementar um sistema de gestão de resíduos industriais.
 - Monitorizar a implementação da Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética.
 - Monitorizar a regularização de cheias num quadro de alterações climáticas.
 - Monitorização da implementação da estratégia de relocalização a longo prazo das áreas urbanizadas situadas em zonas de inundações.
 - Monitorização das medidas para redução do risco associado a sismos, tsunamis, cheias,



incêndios urbanos e florestais, acidentes industriais, acidentes com o transporte de mercadorias perigosas e acidentes rodoviários.

- Monitorizar a articulação com a Proteção Civil por forma a se garantirem os meios e formas para possibilitar uma atuação rápida e eficaz em caso de ocorrência de sismos, tsunamis, cheias, incêndios urbanos e florestais, acidentes industriais, acidentes com o transporte de mercadorias perigosas e acidentes rodoviários.
- Monitorização da realização de simulacros.
- Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias em articulação com os municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco.
- Estabelecer critérios específicos para o licenciamento de atividades industriais e empresariais, designadamente no que respeita à sua tipologia que poderá ser diferenciada em função da zona industrial em concreto.

Apresenta-se ainda o quadro resumo dos objetivos de sustentabilidade, respetivos critérios e indicadores de avaliação que permitirá avaliar de forma mais efetiva a evolução de cada um destes indicadores ao longo da implementação da revisão do PDMO.



Quadro 6 – Quadro Resumo para a Monitorização

Objetivos de Sustentabilidade	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação	Periodicidade da AvaliaÇão
<ul style="list-style-type: none"> – Equilíbrio entre investimento exógeno e endógeno entre os sectores de atividade – Preservação da identidade histórica local e do património natural numa perspetiva económica e social 	– Avaliação custo-eficácia	– Investimento e Despesa Publica por Sector de Atividade	– Variação %	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
		– Taxa de Desemprego	– Variação %	– INE	– Decenal
		– População ativa por setor de atividade	– Variação %	– INE	– Decenal
		– Inventário de património Arqueológico e edificado	– Não Aplicável	– IGESPAR, I.P; C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– Inventário património natural	– Não Aplicável	– ICNF, DGEG, C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– Criação de Postos de Trabalho	– Nº absoluto	– INE	– Decenal
<ul style="list-style-type: none"> – Melhoria da rede viária 	– Infraestruturas viárias existentes e previstas;	– Estrutura da Rede Viária	– Não aplicável	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– N.º de novas vias	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– N.º de ações de melhoria da rede viária verificadas a nível concelhio	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– N.º de ocorrências de acidentes rodoviários	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
	– Intensidade de tráfego;	– Intensidade de Tráfego	– Intensidade	– Estudos a efetuar pela C.M. de Ovar	– Decenal



Objetivos de Sustentabilidade	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação	Periodicidade da AvaliaÇão
<ul style="list-style-type: none"> – Aumentar os nÍveis de mobilidade. – Promover a criaÇão de uma rede de Transportes coletivos que dê resposta às necessidades futuras do concelho 	– Tempo médio de deslocaÇão;	– Tempo médio de deslocaÇão	– Minutos	– INE	– Quinquenal
	– Rede de Transportes Coletivos existente e prevista.	– Transporte de Passageiros, por Modos de Transportes	– Não aplicável	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– Grau de satisfaÇão da populaÇão residente no que toca à rede de Transportes Coletivos existentes no concelho	– %	– Inquéritos a efetuar à populaÇão	– Decenal
		– N.º de oportunidade de melhoria identificadas para a rede de Transporte Coletivo no concelho	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
<ul style="list-style-type: none"> – ProteÇão, recuperaÇão e valorizaÇão dos recursos hÍdrico – PromoÇão do uso eficiente da Água; – Promover uma gestão integrada e sustentável das infraestruturas existentes, nomeadamente dos sistemas de abastecimento, de recolha e tratamento de Águas residuais e de gestão de resÍduos 	– Qualidade da Água	– Qualidade da Água superficial e subterrânea	– Unidades de cada um dos parâmetros	– APA	– Anual
		– N.º de incumprimentos existentes ao nÍvel da qualidade da Água de abastecimento em relaÇão à legislaÇão em vigor	– N.º	– C. Municipal de OVAR – AdRA	– Anual
	– Infraestruturas de saneamento básico	– Percentagem de populaÇão servida por sistema de abastecimento de Água	–	– AdRA – INE	– Anual
		– Quantidade de Água consumida por tipo de uso	– m ³	– AdRA – INE	– Anual
		– Quantidade de Água de abastecimento consumida por habitante	– m ³	– AdRA – INE	– Anual
		– N.º de situaÇões em que os sistemas de abastecimento de Água existentes não têm capacidade para dar resposta às novas necessidades	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Anual
		– Percentagem de populaÇão servida por sistemas de recolha e tratamento de Águas residuais	– %	– SIMRIA – INE	– Anual



Objetivos de Sustentabilidade	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de InformaÇão	Periodicidade da AvaliaÇão
		– Quantidade de água residual produzida por tipo de uso	– m ³	- SIMRIA – INE	– Anual
		– Quantidade de água residual produzida por habitante	– m ³	– SIMRIA, INE	– Anual
		– N.º de situaÇões em que os sistemas existentes de recolha e tratamento de águas residuais não tem capacidade para dar resposta às novas necessidades	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Anual
		– Percentagem de populaÇão servida por sistema de recolha de RSU	– %	– ERSUC – INE	– Anual
		– Quantidade de RSU, plástico, papel, vidra e pilhas produzidos por habitante	– ton	– ERSUC – INE	– Anual
		– Quantidade de resíduos produzidos por tipologia	– ton	– ERSUC – INE	– Anual
		– N.º de situaÇões em que o sistema de gestão de resíduos existentes não tem capacidade para dar resposta às novas necessidades	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Anual
– Melhorar a qualidade do ar	– Valores limite de concentraÇão de poluentes atmosféricos no ar ambiente	– ConcentraÇão de poluentes atmosféricos no ar ambiente	–	– APA – C. Municipal de Ovar	– Anual
	– Número permitido de excedências dos valores limite de concentraÇão para cada poluente	– N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar	– N.º	– APA – C. Municipal de Ovar	– Anual
– ReduÇão do ruído ambiente	– Cumprimento do RGR	– N.º de situaÇões em que o valor de ruído medido superou o estabelecido em RGR	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Decenal



Objetivos de Sustentabilidade	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação	Periodicidade da AvaliaÇão
		– Percentagem de populaÇão exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislaÇão	– %	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
		– N.º de medidas propostas com o intuito de reduzir o ruído ambiente, nomeadamente em eventuais zonas de conflito	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
– Reduzir as emissões de poluentes atmosféricos, nomeadamente dos GEE	– Emissão dos GEE	– Emissões de GEE por atividade emissora	– ton/ano	– C. Municipal de Ovar – INE	– Decenal
		– N.º de edifícios com certificaÇão energética	– N.º	– C. Municipal de Ovar – INE	– Decenal
– Promover a produÇão e o consumo de energias alternativas e o aproveitamento dos recursos endógenos renováveis	– Fontes de energia renováveis instaladas	– Estratégia de promoÇão para as energias alternativas e eficiência energética	– Sim/Não	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
		– Percentagem de produÇão energética renovável/ não renovável	– %	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
– Reduzir os riscos cheias /inundaÇões e galgamentos costeiros	– Áreas de risco potencial de erosão cheias /inundaÇões e galgamentos costeiros	– Área impermeabilizada	– %	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– Normas de controlo da impermeabilizaÇão dos solos	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– Edifícios sensíveis/estruturas em zonas inundáveis	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
		– Habitantes em áreas inundáveis	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Decenal
		– N.º de ocorrência de situaÇões de cheia/galgamentos	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal



Objetivos de Sustentabilidade	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação	Periodicidade da Avaliação
		– Identificação das área de risco de cheia	– Não aplicável	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– N.º de medidas desenvolvidas e implementadas em parceria com a Proteção Civil	– N.º	– C. Municipal de Ovar – Proteção Civil	– Quinquenal
		– N.º de simulacros realizados	– N.º	– C. Municipal de Ovar – Proteção Civil	– Quinquenal
		– Medidas preventivas implementadas POOC	– N.º	– CMO	– Quinquenal
		– Área sujeita cartografia de risco de inundação	–	– CMO	– Quinquenal
		– Áreas inundáveis	–	– CMO	– Quinquenal
– Assegurar a proteção contra os riscos de sismo e incêndio.	– Ocorrências de incêndios em áreas urbanas e florestais.	– N.º de incêndios em áreas urbanas e em áreas florestais	– N.º	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– N.º de edifícios com projetos de SCIE e medidas de autoproteção aprovadas e implementadas	– N.º	– CMO	– Quinquena
		– N.º de edifício degradados	– N.º	– CMO	– Quinquena
		– N.º de habitantes em zonas urbanas antigas	– N.º	– CMO	– Quinquena
		– N.º de edifícios da 3ª e 4ª categoria de risco SCIE	– N.º	– CMO	– Quinquenal



Objetivos de Sustentabilidade	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação	Periodicidade da Avaliação
		– Área ardida florestal	– ha	– CMO	– Quinquenal
		– N.º de ações/programas do PMDFCI cumpridos	– N.º	– CMO	– Quinquenal
		– N.º de medidas desenvolvidas e implementadas em parceria com a Proteção Civil	– N.º	– C. Municipal de Ovar – Proteção Civil	– Quinquenal
		– N.º de simulacros realizados	– N.º	– C. Municipal de Ovar – Proteção Civil	– Quinquenal
– Evitar acidentes no transporte de materias perigosasa	Acidentes no transporte de matérias perigosas	– N.º de ocorrências de acidentes no transporte de matérias perigosas	– N.º	– CMO; Proteção Civil	– Quinquenal
		– N.º de medidas implementadas para a redução de acidentes	– N.º	– CMO; Proteção Civil	– Quinquenal
– Evitar acidentes industriais graves	- Acidentes industriais graves	– N.º de estabelecimentos abrangidos pelo DL n.º 254/2007	– N.º	– CMO; Proteção Civil	– Quinquenal
		– Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo DL n.º 254/2007	– ha	– CMO; Proteção Civil	– Quinquenal
		– Densidade populacional nas áreas ocupadas	– Hab/km ²	– CMO; Proteção Civil	– Quinquenal
		– Distâncias de segurança	– m ²	– CMO; Proteção Civil	– Quinquenal
– Evitar a fragmentação de <i>habitats</i> e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i> ;	- Alteração e fragmentação dos <i>habitats</i> ;	– Alterações à estrutura da REN;	– % Área Afeta/Desafeta	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal
		– Manutenção da Estrutura Ecológica Municipal	– % Área Afeta/Desafeta	– C. Municipal de Ovar	– Quinquenal



Objetivos de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores	Unidade de medida	Fontes de Informação	Periodicidade da Avaliação
<ul style="list-style-type: none"> – Assegurar a proteção dos solos agrícolas; – 		<ul style="list-style-type: none"> – Alterações à estrutura da RAN 	<ul style="list-style-type: none"> – % Área Afeta/Desafeta 	<ul style="list-style-type: none"> – C. Municipal de Ovar 	<ul style="list-style-type: none"> – Quinquenal
<ul style="list-style-type: none"> – Promover a gestão sustentável da ZPE da Ria de Aveiro e do Sítio da Rede Natura 2000 Barrinha de Esmoriz. 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração das medidas de gestão definidas pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conformidade com as orientações de gestão propostas pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000 	<ul style="list-style-type: none"> – Nº de Acções desenvolvidas no âmbito das orientações do PSRN2000 	<ul style="list-style-type: none"> – C. Municipal de Ovar 	<ul style="list-style-type: none"> – Quinquenal



8 – QUADRO DE GOVERNANÇA DA IMPLEMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDMO

Para o sucesso da implementação da revisão do PDMO torna-se fundamental a identificação de todas as entidades com responsabilidades em todo o processo de implementação do mesmo, bem como dos vários intervenientes na presente AA. Apresenta-se assim o quadro de governança da implementação da revisão do PDMO por forma a garantir o cumprimento dos objetivos definidos e à concretização das diretrizes propostas.

Quadro 29 – Quadro de Governança da implementação da revisão do PDMO

Entidades	Ações
<p>Câmara Municipal de Ovar</p>	<p>Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental;</p> <p>Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AA para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</p> <p>Manter o diálogo institucional com as várias escalas de planeamento supramunicipal no âmbito das orientações municipais para os vários sectores de atuação;</p> <p>Fomentar e apoiar os processos de participação pública;</p> <p>Fomentar e apoiar as atividades culturais, nomeadamente aquelas que contribuem para o reforço das identidades locais e as atividades que potenciem os valores naturais, económicos e culturais em espaço rural;</p> <p>Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais;</p> <p>Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da rede viária municipal, tendo em conta critérios de mobilidade e proximidade funcional;</p> <p>Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo;</p> <p>Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico;</p> <p>Fomentar o uso racional e eficiente da energia e o recurso a fontes de energia renovável;</p> <p>Promover a valorização do património natural nas áreas da Rede Natura2000</p>



<p>CCDR-Centro</p>	<p>Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e do ar.</p> <p>Monitorizar , em articulação com a CMO, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da execução do Plano.</p>
<p>ICNF</p>	<p>Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de Planos de Gestão das áreas da Rede Natura 2000 presentes no concelho.</p>
<p>APA integrando já o antigo INAG e a ARH</p>	<p>Manter atualizados os diagnósticos e as respetivas metas e objetivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento;</p> <p>Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos;</p> <p>Manter atualizada a informação sobre os resultados da monitorização da qualidade da água.</p>
<p>ANPC – Autoridade Nacional Proteção Civil / Proteção Civil Municipal</p>	<p>Assegurar a articulação entre as diversas entidades.</p> <p>Manter atualizadas as orientações existentes ao nível de atuação das entidades em caso de riscos e calamidades naturais ou tecnológicas e monitorizar a sua aplicação;</p> <p>Assegurar a promoção de medidas que reduzam o risco associado a sismos, tsunamis, cheias, incêndios urbanos e florestais, acidentes industriais, acidentes com o transporte de mercadorias perigosas e acidentes rodoviários.</p> <p>Assegurar a realização de simulacros.</p>
<p>DRCC – Direção Regional de Cultura do Centro</p>	<p>Manter atualizada a informação disponibilizada para a elaboração do PDM.</p>
<p>População em geral</p>	<p>Participar ativamente na consulta pública de processos de planeamento e de Avaliação de Impacte Ambiental;</p> <p>Adotar práticas quotidianas de prevenção aos riscos naturais e valorização ambiental e energética;</p> <p>Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</p>



9 – CONCLUSÕES

Tendo como principal objetivo incorporar valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão associado à elaboração da revisão do PDM de Ovar, a presente AA pretendia visar três questões fundamentais: a integração com o processo de planeamento; a avaliação de impactes de natureza estratégica e a validação da qualidade do plano.

A presente AA mostrou ser uma ferramenta eficaz na sistematização das propostas e seus efeitos sobre os principais fatores ambientais considerados, contribuindo para um melhor conhecimento das oportunidades e riscos resultantes da implementação da revisão do PDMO, bem como para o desenvolvimento de medidas que minimizem os efeitos negativos e potenciem os positivos.

Procurando dar resposta ao solicitado na alínea g) do n.º 1 do artigo 6º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, é de referir que foram contempladas **duas alternativas** em termos de proposta de ordenamento na revisão do PDM de Ovar.

Uma das alternativas configurou uma proposta mais “expansionista”, na qual se manteve a Área de Desenvolvimento Programado Espaço Urbano (ADP-EU), correspondendo a uma área do território que o PDM considerava ter uma localização estratégica e uma vocação acentuada para expansões urbanas e onde tinham vindo a ocorrer intervenções dispersas e desarticuladas que deveriam ser integradas num desenvolvimento programado e estruturante. Nesta área, seria possível prever e programar equipamentos de dimensão relevante, novos eixos viários estruturantes, bem como a ligação entre o centro histórico da cidade, a Praia do Furadouro e a rede viária nacional mais próxima.

Era também observável uma maior pressão ao nível da ocupação dos aglomerados de praia, atendendo a que previa uma maior capacidade construtiva, nomeadamente a possibilidade de implantação de habitação multifamiliar junto à linha de costa.

Foi ainda proposto o aumento da área de Desenvolvimento Programado Espaço Industrial (ADP-EI), considerada pela autarquia como essencial ao desenvolvimento do município, tendo sido proposta a criação de dois novos espaços de atividades económicas localizados junto a dois dos nós da A29. Um a norte, junto ao nó de Maceda, criando relações de complementaridade com o Europarque, no concelho de Santa Maria da Feira, e tirando partido da ligação à A1. O outro a sul, junto ao nó da



A29 de S. João/Válega/S. Vicente (Ovar Sul), tirando partido da grande acessibilidade e da visibilidade do local a partir da A1 que, nesta zona, se encontra muito próxima da A29.

Previa-se ainda a manutenção das propostas do PDM em vigor para a área florestada no cordão litoral, nomeadamente a possibilidade de implantação de empreendimentos turísticos.

No que respeita a infraestruturas viárias, previam-se as variantes – Circular norte de Esmoriz, circular sul de Cortegaça e a possibilidade de urbanizar na envolvente.

A segunda alternativa, configurou uma proposta de maior contenção onde desapareceram as ADP, dado ter sido entendido que não seria justificável tal expansão. Observou-se pois uma forte contenção dos perímetros urbanos e áreas industriais.

Foram retiradas as propostas de rede viária, para as quais o município não previa a possibilidade de execução, no prazo de vigência do Plano.

Abandonou-se ainda a possibilidade de intervenção urbanística no cordão litoral, que no Plano anterior se fazia de acordo com as regras de ocupação para a Área de Desenvolvimento Espaço Empreendimento (AD-EE).

De entre um cenário “expansionista” e outro de maior “contenção”, optou-se pelo segundo, consequência sobretudo de aspetos conjunturais e dos contributos das entidades com jurisdição sobre o território fornecidos no âmbito do acompanhamento e concertação da Revisão do PDM de Ovar, mas também pelo facto de se considerar ser o cenário que implicaria menores impactos negativos ambientais.

A avaliação Ambiental Estratégica desenvolveu a sua análise suportada em cinco Fatores Críticos para Decisão (FCD): Desenvolvimento Económico e Competitividade; Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida; Rede Viária e Mobilidade; Fatores Físicos e Biodiversidade. No decurso da avaliação dos FCD procurou-se a integração dos objetivos de sustentabilidade identificados.

Da análise efetuada à revisão do PDMO conclui-se que, se por um lado esta apresenta domínios estratégicos como a qualificação urbanística, as acessibilidades e mobilidade, o desenvolvimento lúdico-turístico e a valorização do património natural que promovem o desenvolvimento do município e se traduzem em oportunidades, por



outro acarreta riscos ao nível do saneamento, da qualidade da água, qualidade do ar e ambiente sonoro.

O aumento, ainda que pouco expressivo, da ocupação urbana tem como consequências o aumento da degradação da qualidade das linhas de água, pelo aumento das necessidades de água e pelo aumento do volume de águas residuais produzidas. Identifica-se assim a questão do saneamento como um risco a curto prazo, com consequências ao nível da maior degradação da qualidade das linhas de água do município e da saúde pública das populações. É no entanto de salientar o esforço em aumentar a percentagem de população servida com redes de recolha e tratamento de águas residuais.

Relativamente à qualidade do ar e ao ambiente sonoro é também o aumento da ocupação urbana, bem como a criação de novas vias rodoviárias, que irá fomentar a degradação local da qualidade do ar e a potencial violação dos limites de exposição estabelecidos na legislação. No entanto, como o aumento foi pouco expressivo e altamente condicionado, para além de que foram apenas propostas duas novas vias dentro do Concelho, não se prevê um agravamento significativo das condições existentes com a implementação da Revisão do PDMO.

Considerados projetos estruturantes da Revisão do PDMO, o desenvolvimento lúdico-turístico e a recuperação e valorização do património natural e cultural do concelho encontram-se intimamente relacionados e traduzem-se em grandes oportunidades para o desenvolvimento do mesmo. O investimento na recuperação e valorização de ecossistemas específicos e a aposta na preservação do património cultural contribuem para a criação de oportunidades ao nível do desenvolvimento lúdico-turístico. Este, por sua vez, desde que devidamente regulamentado e controlado, constitui uma mais-valia para a promoção dos valores naturais e culturais bem como para a consolidação da imagem de atratividade do concelho.

Assim sendo entende-se que durante o processo de AAE não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.

As diretrizes de seguimento propostas, irão contribuir para uma potenciação dos impactes positivos previstos e para uma mitigação dos impactes negativos. Desta



forma, espera-se que a presente proposta de plano se constitua como uma intervenção de planeamento sustentável.

De facto, pelas considerações efetuadas, a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes.

O presente Relatório, acompanhado do Resumo Não Técnico, estará sujeito a consulta pública e das entidades, juntamente com o relatório da proposta de revisão do PDMO, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da declaração ambiental e na preparação da versão final da revisão do PDMO.